



2750 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

O ESTADO DO CONHECIMENTO NAS PESQUISAS SOBRE AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO: Suas implicações para a consolidação da Gestão Democrática.

Gilson Lopes Soares - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Resumo: O trabalho tem como objetivo fazer um levantamento das produções científicas brasileiras sobre o tema da Relação público/privado no Brasil e as implicações para a gestão democrática no período de 1996-2016, tendo como plataforma de pesquisa a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tendo como objeto de análise as Teses de doutorado concluídas nesse período que corresponde o auge da implantação do Neoliberalismo no Brasil, que sugeria a descentralização dos serviços, até então, de exclusividade do Estado, ficando o mesmo permeável as interferências da lógica do mercado através das parceiras com Terceiro Setor. A metodologia se sustentou na pesquisa bibliográfica e as análises foram categorizadas tendo como descritores, os termos Parcerias Público-privadas e Gestão Democrática, ou, produções que tivessem algum viés que contemplassem as temáticas. Objetivou-se a partir desse levantamento, pontuar até onde já se avançou nas pesquisas sobre a temática em tela, e ainda subsidiar o desenvolvimento da minha pesquisa de doutoramento em andamento, bem como analisar os avanços e retrocessos da política implementada na consolidação de uma educação pública, obrigatória, laica e de qualidade para todos.

O ESTADO DO CONHECIMENTO NAS PESQUISAS SOBRE AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO: Suas implicações para a consolidação da Gestão Democrática.

Resumo: O trabalho tem como objetivo fazer um levantamento das produções científicas brasileiras sobre o tema da Relação público/privado no Brasil e as implicações para a gestão democrática no período de 1996-2016, tendo como plataforma de pesquisa a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tendo como objeto de análise as Teses de doutorado concluídas nesse período que corresponde o auge da implantação do Neoliberalismo no Brasil, que sugeria a descentralização dos serviços, até então, de exclusividade do Estado, ficando o mesmo permeável as interferências da lógica do mercado através das parceiras com Terceiro Setor. A metodologia se sustentou na pesquisa bibliográfica e as análises foram categorizadas tendo como descritores, os termos Parcerias Público-privadas e Gestão Democrática, ou, produções que tivessem algum viés que contemplassem as temáticas. Objetivou-se a partir desse levantamento, pontuar até onde já se avançou nas pesquisas sobre a temática em tela, e ainda subsidiar o desenvolvimento da minha pesquisa de doutoramento em andamento, bem como analisar os avanços e retrocessos da política implementada na consolidação de uma educação pública, obrigatória, laica e de qualidade para todos.

Palavras-Chave: Estado do Conhecimento, Público-Privado, Gestão Educacional.

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos importantes a destacar para o levantamento do Estado do Conhecimento nas pesquisas sobre as Parcerias Público-Privadas na Educação e suas implicações na forma como se concebe a gestão é o processo histórico que caracterizou a trajetória dessa modalidade de oferta de educação sendo às vezes pública, mas não estatal, ou privada subvencionada pelo Estado. Essa relação se faz necessária devido os interesses ora velados, ora latentes, existentes nessas aproximações que permitem analisar a conjuntura capitalista na qual a educação serve como acomodadora dos conflitos de classe, ou, como formadora de mão-de-obra do capital. Essa análise pretende identificar as condições sociais de produção do conhecimento sobre esse objeto de estudo, ao mesmo tempo em que permite localizar numa linha de tempo, as principais temáticas que têm balizado a pesquisa na área.

Uma análise sistemática das produções sobre as Parcerias Público Privadas (PPP) no período em questão, pode ser considerada incipiente para caracterização de uma pesquisa, no entanto, é possível identificar importantes iniciativas no plano institucional que vêm favorecendo a produção e a difusão do conhecimento sobre a temática, reunindo diversos trabalhos sob diferentes perspectivas e enfoques, possibilitando que uma análise mais acurada dessas produções permitem conhecer melhor o objeto de uma determinada área de estudos e possíveis sistematização na busca da consolidação de um plano teórico do próprio objeto.

Neste artigo, pretende-se tratar do Estado do Conhecimento da produção sobre as PPPs, com foco nas e Teses de Doutorado produzidos no período de 1996 - 2016 tendo como fonte de pesquisa desses trabalhos o banco de teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Os dados levantados serão analisados à luz dos aportes teóricos que coadunam com a natureza da pesquisa proposta podendo identificar as problemáticas ou os avanços obtidos na trajetória de diferentes trabalhos sobre o tema.

A proposição investigativa ainda se compromete a apresentar o Estado do Conhecimento da Produção, de modo a relacioná-lo às condições sociais, políticas nas quais foram concebidas tais publicações.

1 – AS PESQUISAS DO TIPO ESTADO DO CONHECIMENTO E AS AVERIGUAÇÕES DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O estudo sobre a produção científica que versa sobre as Parcerias Público-Privadas na Educação iniciou à partir de uma investigação de caráter bibliográfico, que é denominada por Ferreira de "estado da arte" ou "estado do conhecimento" (FERREIRA, 2002), embora ela assegure haver

diferenças entre estado da arte e estado do conhecimento, o primeiro sempre se refere a uma totalidade, enquanto o segundo se limita a um setor e que depende dos critérios, regiões, plataformas que se faz a pesquisa. (FERREIRA, 2002). Importa aqui fornecer embasamento sobre a metodologia utilizada com o intuito de se chegar ao objetivo proposto a fim de conhecer o objeto em estudo.

Essa revisão buscou-se identificar que teorias estão sendo construídas, o espaço onde foram produzidas, as regiões que tem a predominância, onde há falta de pesquisa, o que ainda precisa ser pesquisado e qual sua contribuição científica e social. Portanto, o objetivo ao utilizar esse método é fazer um levantamento, mapeamento e análise do que se produz considerando áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI e ENS, 2006).

Para a pesquisa aqui delineada buscou-se caracterizar como descritores ou palavras chave, os termos Parcerias Público-Privadas, Gestão Democrática, nas produções de Teses dos Programas de Educação da CAPES.

A definição temporal da pesquisa aqui apresentada leva em conta os determinantes históricos e políticos em que a sociedade brasileira está inserida. A fonte das informações apesar de aparentar um banco de dados apenas, é suficiente pelo tempo que se dispõe para a pesquisa e a natureza da produção final. No entanto, a confiabilidade na fonte da pesquisa, bem como a rigorosidade e qualidade do tratamento que terá as informações e dados levantados, sugerem uma produção que contribuirá para a assunção da temática em publicações posteriores, contribuindo para que haja uma continuidade nas pesquisas, além de lançar mão do que já se tem, para enfim galgar degraus mais altos na temática em pesquisas posteriores. O fato de não haver sujeitos na pesquisa não deixa de ser necessário a postura ética do pesquisador frente aos dados colhidos, sem distorcer informações, nem atender interesses alheios aos científicos e/ou sociais garantindo confiabilidade aos leitores.

Após a seleção do material, foi procedida uma leitura minuciosa, logo em seguida houve a elaboração de uma síntese preliminar e posterior organização do relatório que comporá a sistematização das sínteses identificando as tendências, o período em que se deu, os temas desenvolvidos, relacionando-os ao momento histórico dessas produções. Depois de reunidas e catalogadas as informações, procedeu-se a tabulação dos dados conforme caracterização realizada, organizada em forma de quadros e gráficos.

As conclusões ou inferências do trabalho comporá a parte final do mesmo, podendo ainda haver proposições a partir do que foi levantado e posterior divulgação ou publicação, com o intuito trazer visibilidade ao tema e facilitar futuras pesquisas.

2 - DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO

A pesquisa aqui delineada, analisou as produções de teses concluídas no período de 1996 -2016, como expressão do estado do conhecimento sobre as parcerias público privadas na educação. O período para a pesquisa foi intencional devido ao momento histórico no qual as instituições públicas sofreram interferência substancial na forma de sua composição, consubstanciadas às premissas neoliberal ancorada no Brasil desde o governo de Fernando Collor de Mello (1992-1994) e teve seu momento de agudização em meados da década de 1990, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), que alterou substancialmente as políticas sociais e no bojo dessas a educação. Nos governos que se seguiram, não houve nenhuma mudança nessa relação, visto que, essas mudanças resultam das estratégias adotadas pelos setores hegemônicos como resposta à crise do capital, que nesse momento histórico é redefinido sob a perspectiva da Teoria da Terceira Via que inviabiliza a educação estatal pública ficando esta permeável às intervenções do mercado orientada por organismos internacionais servindo ao capital flexível internacional. (MÉSZÁROS, 2011). Tais processos afetaram diretamente a vida das pessoas, acirrando ainda mais as contradições capital-trabalho.

A interferência do mercado na educação é vista através da utilização de financiamentos ligados às instituições privadas sem fins lucrativos de diversas maneiras com o intuito de complementar os recursos disponíveis para a educação, numa tentativa de inserir a lógica mercantil no interior das instituições públicas que buscam atingir a tão almejada “qualidade da educação” imposta pelas avaliações, ditadas por uma lógica mercantil.

A busca ávida por resultados mensuráveis mina as bases de sustentação da educação pública, tendo no Neoliberalismo e na Terceira Via, um campo fértil de proliferação dessa tendência. Entende-se que as parcerias é uma relação de troca, parceiros assumem responsabilidades e se beneficiam mesmo que veladamente.

A gestão Democrática da Educação tem sua gênese no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, e que se consolidou como lei, com a Constituição Federal de 1988 e ratificado com a LDB 9.394/1996, no entanto, os desafios que se instauram para a efetivação plena da democratização das ações, se pautam nos condicionantes do quadro de arrefecimento dos espaços coletivos e públicos ocasionados pela ascensão das políticas neoliberais e dos múltiplos mecanismos de destituição das garantias legais que fica mais evidentes em meados de 1990 e sua relação orgânica com os acontecimentos que colimaram no golpe jurídico, parlamentar, policial e midiático de 31/8/2016 no Brasil. Urge assim, a necessidade de repensar as práticas democráticas, visto que, a democracia brasileira não está tão consolidada como se pensava, e qualquer descuido, as entidades do terceiro setor intensifica suas ações no interior das instituições públicas. Apesar da temática não ser nova, não foi encontrado no banco teses da CAPES, nenhuma produção sobre a temática do tipo Estado do Conhecimento, o que se tem conhecido são publicações esparsas de diversos autores e autoras e mais próximo disso foi o mapeamento feito pelas pesquisadoras ADRIÃO e PERONI (2011) que analisa as consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional.

A pesquisa aqui delineada, buscou-se através do banco de dados da CAPES tendo como descritores os termos Parcerias Público-Privadas e Gestão Educacional. As pesquisas encontraram num primeiro momento 579 (quinhentos e setenta e nove) teses. Dessas, foram descartadas 528 (Quinhentos e vinte e oito), que não traziam no seu título nenhum termo relacionado as PPPs, nem menção a Gestão Educacional, restando apenas 51 (cinquenta e uma) teses.

Para a análise dos dados, foram considerados como elementos constituintes da Gestão, os termos: formas de provimento ao cargo de diretor, autonomia, participação, conselhos escolares, ou equivalentes, projeto político pedagógico, grêmios estudantis, descentralização, currículos, além dos termos administração, ou gestão educacional. Para categorizar o que seriam as relações público-privadas elegeram-se como critério os termos: ONGs, organismos multilaterais, OS, OSCIP, Privatização, publicização, quase-mercados e Mercantilização da Educação. Em alguns casos foram inclusos os termos financiamento e reforma do Estado brasileiro, sempre que a gestão, mesmo que implicitamente estivesse no bojo das discussões, além de termos derivados destes, encontrados no bojo dessas discussões conforme o quadro abaixo.

Quadro 01 – Teses de Doutorado no Período de 1996-2016.

ANO	AUTORA/AUTOR	TÍTULOS	Instituição
1998	ALDENICE ALVES BEZERRA	AS POLÍTICAS PARA A ESCOLA PÚBLICA NO AMAZONAS (1987/1994): DA ÊNFASE NA DEMOCRACIA À META DA EFICIÊNCIA.	UNICAMP ^[2]

1998	Ada Augusta Celestino Bezerra	Gestão Democrática da Construção de uma Proposta Curricular no Ensino Público: a experiência de Aracaju.	feusp[3]
1999	TEREZINHA FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO DOS SANTOS	O Gestor Escolar: Um Estudo da Prática Administrativa a partir do Próprio Gestor das Escolas Médias Públicas de Belém-Pará.	unimep[4]
1999	ANA MARIA FONSECA DE ALMEIDA	A ESCOLA DOS DIRIGENTES PAULISTAS.	unicamp
2000	JORCELINA ELISABETH FERNANDES	O Movimento de Elaboração Curricular Participativo - Um novo olhar sobre o currículo no cotidiano da escola pública.	feusp
2000	Erasto Fortes Mendonça	A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira.	unicamp
2000	Joscely Maria Bassetto	A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A GESTÃO COMO UM PROCESSO DE INOVAÇÃO: experiência na região sudoeste do Paraná, Sul do Brasil.	unicamp
2001	Theresa Maria de Freitas Adrião	Alteração dos Padrões de Gestão do Ensino Público Paulista.	feusp
2002	Evaldo Alves	Educação: a perspectiva do setor privado.	feusp
2002	Suemy Yukizaki	Pais e mães das camadas populares na escola pública fundamental: a participação fragmentada.	feusp
2002	RUI RODRIGUES AGUIAR	REFORMA EDUCACIONAL (1995-2000): DA TRANSIÇÃO A UM MODELO SINGULAR DA GESTÃO.	ufc[5]
2003	Angela Rabello Maciel de Barros Tamberlini	Comunitarismo e Educação: implicações e limites.	unesp[6]
2003	Marisa Ribeiro Teixeira Duarte	Sistemas públicos de educação básica: descentralização, relações intergovernamentais e política de financiamento - Minas Gerais/Brasil.	uff[7]
2003	Janette Brunstein	ONGs e Educação: novas possibilidades educativas?	feusp
2003	JOSÉ ALBERTINO CARVALHO LORDÉLO	Publicização da gestão escolar na Bahia: descentralização ou desresponsabilização do Estado?	ufba[8]
2003	Ana Lúcia de Sousa	A recente reforma educacional no Brasil: crítica da opção preferencial pela mercantilização do ensino.	ufsCar[9]
2003	Maria Elizabete Londero Mousquer	Paradoxos da democracia: um estudo sobre normatividade e possibilidade no campo da gestão democrática do ensino público.	ufrs[10]
2004	Alfredo Sergio Ribas dos Santos	AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE FINANCIAMENTO E A AUTONOMIA FINANCEIRA MUNICIPAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NAS GESTÕES DO PERÍODO 1997- 2002.	unicamp
2004	ANGELA MARIA HIDALGO	Gestão e currículo: fundamentos políticos e epistemológicos dos projetos Escola Cidadã e Cidade Educativa.	feusp
2005	José Adelson da Cruz	Organizações não- governamentais, reforma do Estado e política no Brasil: um estudo com base na realidade de Goiás.	unicamp
2005	CARLOS ROBERTO DA SILVA MACHADO	ESTADO, POLÍTICA e GESTÃO na/da EDUCAÇÃO em PORTO ALEGRE (1989-2004): avanços e limites na produção da democracia sem fim.	ufrs

2005	Valdelaine da Rosa Mendes	Participação na definição de uma política educacional: mecanismo de controle público sobre as ações do governo?	feusp
2005	VERA LUCIA JACOB CHAVES	As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA.	ufmg[11]
2006	GELIA MARIA MACHADO DE BRITO	ONGs E EDUCAÇÃO: AÇÕES, PARCERIAS E POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA ESCOLA PÚBLICA.	ufc
2006	LUIS CARLOS MARQUES SOUSA	A AUTONOMIA DA ESCOLA PÚBLICA: UM COMPLEXO MOVIMENTO ENTRE A OUTORGA E A CONSTRUÇÃO.	ufrn[12]
2006	IVAN DE OLIVEIRA	AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO COLEGIADA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO CEARÁ.	ufc
2007	TEREZA CRISTINA MEDEIROS PINHEIRO DE LIMA	O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL E EM GOIAS: expansão, privatização e mercantilização no período de 1995-2006.	ufg[13]
2007	Sérgio Pedro Herbert	AS CONDIÇÕES PARA A EMERGÊNCIA E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS PELO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.	unisin[14]
2007	MARIA ROSIMARY SOARES DOS SANTOS	AUTONOMIA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE REFORMA DO ESTADO.	unesp[15]
2007	MARIA DO CARMO SANTOS NETA	O Rastro da Reforma do Aparelho do Estado nos Serviços Administrativos Educacionais: um estudo de caso.	ufrj[16]
2007	I-Juca Pirama Camargo Gil	Financiamento da educação e gestão democrática: um estudo acerca do Conselho do FUNDEF, no âmbito da União.	feusp
2007	GILMAR BARBOSA GUEDES	A Escola de ensino médio público noturno: uma conjuntura favorável ao protagonismo estudantil coletivo em contraposição ao protagonismo juvenil via empoderamento.	ufrn
2008	Maria Maira Picawy	PDI - Plano de desenvolvimento institucional, PPI - projeto pedagógico institucional e PPC - projeto pedagógico de curso, entre o dito e o feito, uma análise da implementação em três IES/RS/Brasil.	puc-rs[17]
2008	Rosânia campos	OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.	ufsc[18]
2008	ELIARA ZAVIERUKA LEVINSKI	A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO PROCESSO PARTICIPATIVO NO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS – RS.	ufrs
2009	NEUSA CHAVES BATISTA	A formação de conselheiros municipais de educação e a gestão democrática dos sistemas municipais de ensino: uma política pública em ação.	ufrs
2009	ANTONIA DE ABREU SOUSA	A POLÍTICA DE FUNDO PÚBLICO PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: IMPACTO E IMPASSES NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.	ufc
2009	RAIMUNDO SILVIO DANTAS FILHO	Participação, diálogo e confiança: caminhos para a democracia na escola.	ufrn

2009	MARIA ALICE DE MIRANDA ARANDA	O SIGNIFICADO DO PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XXI: O DECLARADO NO PPA "BRASIL DE TODOS (2004-2007).	ufms[19]
2010	DALVA VALENTE GUIMARÃES GUTIERRES	A municipalização do ensino no município de Altamira/PA e suas implicações para a democratização educacional.	ufrs
2010	MARCOS MACEDO FERNANDES CARON	À ESQUERDA DE TORDESILHAS: UMA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA POPULAR DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - Mato Grosso.	unb[20]
2010	José Dujardis da Silva	A supervisão de ensino e o fortalecimento do espaço democrático na escola pública.	unicamp
2010	JOSIANE CAROLINA SOARES RAMOS DO AMARAL	A POLÍTICA DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (2007 – 2010): O FORTALECIMENTO DA GESTÃO GERENCIAL.	ufrs
2010	SILVIA CRISTINA DE SOUZA.	Mecanismos de quase-mercado na Educação pública brasileira.	unesp
2011	JOSENEIDE SOUZA PESSOA DOS SANTOS	AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DEMOCRATIZAÇÃO OU MERCANTILIZAÇÃO?	ufrn
2011	EDSON FRANCISCO DE ANDRADE	SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: impactos na gestão educacional no âmbito do poder local.	ufpe[21]
2011	ROSE CLÉIA RAMOS DA SILVA	O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB DE CAMPO VERDE-MT: CONFLITOS E CONFLUÊNCIAS.	uff
2011	SILVINA JULIA FERNÁNDEZ	GESTÃO ESCOLAR E CIDADANIA: Um estudo de caso através de memórias, diálogos e encruzilhadas nas relações mães-escola.	uff
2011	Kelly Cristina Russo de Souza	Os 'argonautas da cidadania' no mar da educação: movimentos sociais, ONGs e fundações empresariais na escola pública brasileira.	puc-rj[22]
2011	Leomar da Costa Estabão	PROEJA: UM DISPOSITIVO DA GOVERNAMENTALIDADE PRODUZINDO POSIÇÕES DE SUJEITO.	ufpel
2011	MARILDA DE OLIVEIRA COSTA	CONCEPÇÕES DE GESTÃO NOS PROGRAMAS DO INSTITUTO AYRTON SENNA NO CONTEXTO DE ALTERAÇÕES NO PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL.	ufrs

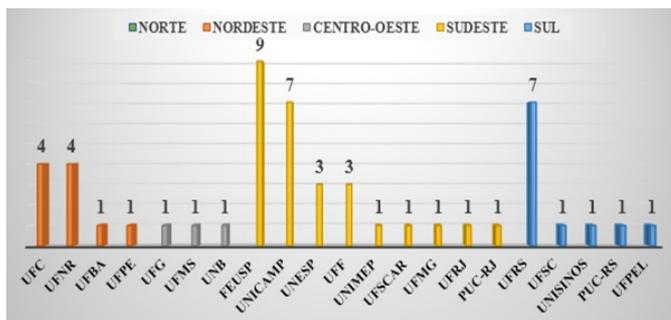
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponibilizados pela CAPES.

Observa-se a partir do quadro acima, uma diversidade de assuntos relacionados com as práticas democráticas no interior das instituições desde a educação básica ao ensino superior. Observa-se que as produções do conhecimento sobre as Parcerias Público-Privadas e suas implicações na Gestão educacional durante os anos de 1996-2016 possibilita dizer que a produção sobre a temática em nível de doutorado só teve trabalhos concluídos a partir de 1998 até o ano de 2011. É pertinente lembrar que da Lei que regula o regime das Parcerias Público Privadas é de 1995. Outra debilidade encontrada, foi a falta de publicações após 2011, isso permite a interpretação de que após esse período a temática em tela foi preterida pelos pesquisadores. Ao que parece, as conquistas sociais advindas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva fez com que se imaginasse que a democratização das escolas e seu caráter público já estivessem consolidados, no entanto, a relação público-privada e as formas de gestão gerencial, clientelista, ou, patrimonialista se fizeram presentes também durante esse período. As conquistas ocorridas pós período ditatorial foram se diluindo durante os anos que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988 e as garantias constitucionais como escola pública laica, gratuita, para todos e de qualidade, foi ficando cada vez mais permeável às interferências do mercado. Nesse sentido, Saviani adverte:

Deve-se, portanto, fazer reverter a tendência hoje em curso de diluir as responsabilidades educativas do poder público transferindo-as para as iniciativas privadas que assumem a forma da filantropia e do voluntariado. Com efeito, tal tendência configura um retrocesso diante das conquistas do Estado moderno. É como se estivéssemos retornando ao início da Era Moderna, quando a questão da instrução popular era tratada como um problema de caridade pública. (SAVIANE, 2011, p. 290)

Segundo ele, essa fragilidade ou retrocesso, não pode retornar sob pena de anularmos todas as conquistas da escola pública universal, gratuita, leiga e obrigatória concebida como direito de todos e dever do estado. (SAVIANE, 2011).

Gráfico 01 – Número de publicações por instituição e regiões.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponibilizados pela CAPES.

Observa-se a partir do gráfico acima, um desequilíbrio no tocante ao número de produções por região revelando um retrato díspar nessas produções. Esse fato por si só justifica a relevância de estudos que possam mapear e analisar sistematicamente essa produção, para compreender melhor quais fenômenos em curso possibilitaram esse panorama.

É sabido que a região sudeste concentra um número substancial de instituições que se dedicam às pesquisas, no entanto, isso não justifica a falta de produção em toda a região norte, visto que, as ferramentas gerenciais na educação têm seus tentáculos nos mais remotos lugares da nação. É pertinente lembrar que parte desses estudos não são desenvolvidos nas regiões das publicações, porém o número é ínfimo.

A presença do setor privado na gestão da educação nesses lugares, tornam a educação ainda mais mercadológica, através das tele aulas ofertadas por empresas às pessoas que moram em lugares de difícil acesso, além de regiões pobres que concentram o maior número de municípios que não conseguem atender as demandas, principalmente na educação infantil, ficando os mesmos suscetíveis as interferências do setor privado através da oferta da educação por entidades sem fins lucrativos, ou através das PPPs. De acordo com o site do IAS, em 2010 as parcerias com governos municipais e estaduais aumentaram nas regiões mais pobres: norte e nordeste.

Não menos pernicioso para a educação, são os parâmetros de educação de qualidade que são utilizados, que geralmente são os grandes centros do sul e sudestes do país e ao implantar o mesmo modelo nas outras regiões, preterem as necessidades e realidades locais como ocorre com a parceria pública privada firmada entre governos estaduais e municipais com o Instituto Ayrton Senna (IAS). Nele há um único modelo de educação para os mais 1,5 milhões de crianças atendidas em 17 estados brasileiros nos mais de 660 municípios em todas as regiões conforme disponibilizados no site do Instituto.

De acordo com Souza, "as ONGs do chamado "terceiro setor" personificam determinada classe social e constituem, portanto, um campo de disputas de classes, funcionando como aparelhos privados de hegemonia." (aspas da autora) (SOUZA, 2017, p. 166).

Outro dado importante a ser analisado no gráfico é a natureza das instituições que se debruçam nas pesquisas. Apenas 4 (quatro) publicações são fruto de instituições privadas, PUC-RJ, PUCRS, UNIMEP e UNISINOS, todas elas confessionais, as demais são públicas, sendo 3 (três) estaduais, todas localizadas no estado de São Paulo e 14 (quatorze) federais distribuídas nas quatro regiões do país.

Os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul se destacam com os maiores números de produções 21 (vinte e uma) no estado de São Paulo e 10 (dez) no estado do Rio Grande do Sul. A FEUSP teve o maior número de produções por instituição, com 9 (nove) produções. Em seguida a UNICAMP e UFRS, as duas com 7 (sete) produções cada, depois, UNESP e UFF com 3(três) produções e as demais com apenas (1) uma produção.

O estado de São Paulo foi pioneiro no tipo de parcerias com o setor privado na educação, conforme Adrião (2006), o Estado de São Paulo, cria já em 1996, mecanismos competitivos no interior da administração e incorpora agentes privados como "parceiros" na condução de políticas públicas, mesmo antes das implementações em âmbito federal que só ocorre a partir de 1998, isso poderia ser um indicativo que explica essas produções.

As debilidades encontradas da incipiência da problematização das questões em tela, deixa lacunas possibilitando o avanço das privatizações das instituições escolares ou educacionais, ficando um campo fértil para o mercado.

Segundo Hill, a agenda de reformas educacionais proposta pelo Banco Mundial Agenda 2020 é a destituição da natureza estatal dos sistemas públicos educativos, ampliando o campo para os negócios educacionais (HILL, 2003).

Gráfico 02 – Termos que se relacionam com a Gestão.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponibilizados pela CAPES.

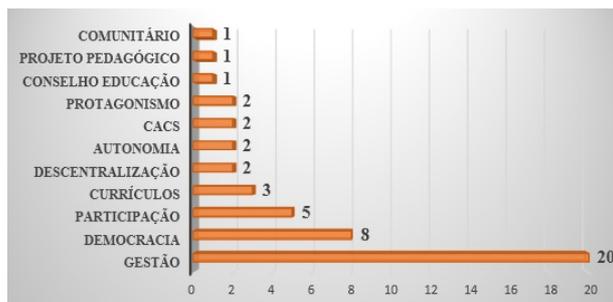
O Gráfico acima apresenta uma primazia na utilização do termo Gestão nas produções de teses, democracia e a participação são termos que aparecem com grande destaque nas publicações. Embora os outros termos tenham grande importância e influência nas relações democratizantes, suas produções são tímidas em relação às demais. Fica evidente nesta análise, a ausência de estudos que discutem sobre os conselhos escolares, ou, Associações de Pais e Mestres (APPs), importantes instrumentos para a consolidação da gestão democrática. Os únicos instrumentos de controle social encontrados foram os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS) e Conselhos Municipais de Educação. Embora sua importância seja notória, sua dimensão política é ampla necessitando de outros mecanismos de distribuição igualitária de poder no interior das escolas.

Outra dimensão da gestão democrática, seria a autonomia, que segundo Barroso, "A autonomia da escola é um conceito construído social e politicamente, pela inserção dos diferentes atores organizacionais numa determinada escola." (BARROSO, 2001, p.21).

Outro instrumento basilar para a efetivação da gestão democrática, é a forma de provimento ao cargo de diretor, que segundo Paro, a eleição ou consulta pública é a forma mais democrática. Esse é o instrumento da gestão democrática que encontra mais resistência para a sua efetivação, mesmo sendo preconizado no PNE 2014 ainda não significou uma efetivação na prática, visto que é objeto de várias ações no Supremo Tribunal Federal, objeto de disputas entre partidos políticos. Apesar da sua importância política para a efetivação da gestão democrática, há várias embates e discussões nas três esferas de governos, porém, não há registro de trabalhos com esse viés.

O protagonismo, a descentralização e o currículo estão no bojo das produções com menos publicações duas sobre protagonismo e uma nas demais.

Gráfico 03 – Descritores Relação Público-Privada.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponibilizados pela CAPES.

A partir da análise do gráfico acima, pode-se perceber o número ínfimo de publicações que trazem em seus estudos uma preocupação com as políticas de redistribuição de competências, de desobrigação do Estado nas ações educacionais e sociais e de responsabilização da escola pública na complementação de recursos não-públicos para que possam garantir a sua manutenção e funcionamento.

As regulações entre o setor público e o privado na gestão da educação brasileira, parece não ser uma prioridade nas pesquisas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de educação em nível de doutoramento, mesmo sendo objeto de disputas inerentes do capitalismo para a perpetuação da hegemonia do capital sobre o trabalho, parece não ter desafiado pesquisadores nesse nível de estudo. Apesar de haver pesquisadores da temática, o número de produções destoam da importância que estes estudos têm para a efetivação da garantia do direito à educação.

Na atual conjuntura, é possível ver um caleidoscópio de interferências do setor privado na educação pública tendo como estratégias: o contrato de gestão, os termos de parceria e a privatização.

Os contratos de gestão são uma forma do Estado se eximir de suas responsabilidades, por meio da transferência de suas responsabilidades às Organizações Sociais, através da cessão de bens públicos e funcionários, sem, entretanto, estarem submetidas às exigências administrativas da administração pública. (Adrião et al., 2013, p.4)

Segundo Adrião, os termos de parcerias,

assemelha-se ao contrato de gestão, mas se refere aos acordos entre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Poder Público. Esta medida passa a regular a contratação e remuneração pelo Estado, de entidades do Terceiro Setor para a realização de atividades relacionadas às políticas sociais, como a educação. Trata-se de outros mecanismos pelo qual o Estado pode formalizar a transferência da responsabilidade sobre a gestão da educação para o setor privado, neste caso, sem fins de lucro. (ADRIÃO, 2017, p.21)

A privatização se dá através da gestão da educação e também pela delegação da educação pública para organizações privadas "não lucrativas" e em nível superior o próprio modelo do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Não olvidando sua importância para o ingresso dos mais pobres ao ensino superior, esse modelo repassa para a iniciativa privada recursos oriundos dos impostos e taxas dessas instituições preferindo um maior investimento nas instituições de ensino superior públicas. Foi possível observar no gráfico acima, que apenas 4 (quatro) teses durante esse período com o termo, Organizações não Governamentais (ONGs), estiveram na pauta dos pesquisadores. Houve apenas uma pesquisa sobre o Instituto Ayrton Senna, considerado ínfimo diante da abrangência do instituto, 1,5 um milhão e meio de estudantes atendidos. Termos como publicação, quase-mercado, são termos originários da reforma do Estado brasileiro dos anos de 1990 sob a batuta de Luiz Carlos Bresser Pereira, que redefine o papel do Estado sob a premissa neoliberal travestida de Terceira Via que tem no seu tripé Publicização, Terceirização e Privatização a "solução" para a crise do capitalismo. A interferência dos organismos internacionais, e das fundações também fazem parte dessas produções. A mercantilização da educação não menos nefasta também está no bojo das produções. Na mercantilização, o parâmetro é o mercado, a educação deixa de ser um direito subjetivo, passa a ser um serviço podendo ser ofertado pelo mercado tratando a educação como *commodities* servindo aos interesses do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se neste artigo mapear as produções desenvolvidas no campo da educação especialmente aquelas voltadas para as políticas educacionais. Nesse sentido, a busca dos trabalhos permitiu observar o modo em que as relações público-privadas e sua interferência na forma da gestão vem operando na sociedade brasileira a partir de meados de 1990 até o golpe de 2016, quando o Estado passa por reformas e possibilita cada vez com mais avidez a substituição das políticas públicas para as parcerias com o setor privado.

Através desta pesquisa, foi possível fazer o levantamento dessas produções e destacar os aspectos e dimensões que estão sendo privilegiados nas teses de doutorado dessas instituições.

Evidenciou-se, por meio das produções, que os estudos embora de grande importância para a educação, não abarcam a complexidade do fenômeno devido suas consequências para a educação engendrada na lógica capitalista que altera a natureza das instituições educacionais.

Os modelos de instituições sob as premissas do Estado neoliberal, chamadas de Terceiro Setor vem com objetivos bem definidos, embora velados, que é imprimir no público, processos competitivos tornando o público "mais eficiente" tendo no setor privado o exemplo de eficiência e eficácia, introduzido pela chamada publicização, nova maneira de se conceber a gestão pública da educação, constituído pelo quase-mercado, ou seja, a lógica da iniciativa privada agindo sobre o setor público. As parcerias materializadas na educação trazem a lógica do privado nas políticas públicas, alterando substancialmente o fim último da educação que é a emancipação do educando. Segundo Mészáros, "Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro." (MÉSZÁROS, 2005, p. 16)

Assim, a pesquisa do tipo estado do conhecimento permitiu perceber a quantidade de pesquisas desenvolvidas com a temática, podendo ser objeto de análises e permitindo novas apreensões a partir do que já foi publicado.

O foco nesta pesquisa foram as teses de doutorado disponibilizados no banco de dados da CAPES, possibilitando inovações na perspectiva da pesquisa nessa área de conhecimento.

Mesmo sendo um estudo preliminar, esse trabalho não teve a pretensão de ser conclusivo, porém, possibilitou a construção de teorias a partir das análises. Essa pesquisa trouxe elementos substanciais para a memorização do que já foi publicado, bem como, a elaboração de uma memória da educação, possibilitando um avanço significativo, contribuindo para que não haja incidências repetitivas nas pesquisas, além de possibilitar a criação de metodologias de investigação próprias para a educação, a construção de teorias específicas oriundas dos processos educacionais e a orientação de políticas e práticas com vistas ao avanço da qualidade da educação. Ainda permitiu um levantamento eficaz na busca por elementos que irão subsidiar a minha tese de doutoramento podendo ter parte desta integrada na escrita da mesma, contribuindo para a construção dessa memória possibilitando uma visão das necessidades e dos desafios que precisam ser superados através da educação passando a escola de uma situação clientelista para uma situação de garantia de direitos creditando ao Estado a responsabilidade de manter as bases econômicas das instituições educacionais a fim de garantir uma educação pública, gratuita, de qualidade para todos que dela necessitar.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Thereza. **A Privatização da Educação Básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública**. In: LUIZ, Araújo e PINTO, José Marcelino. Orgs. **Público X Privado em Tempos de Golpe**. - São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017.

ADRIÃO et al. **A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores**. In e- Curriculum. v. 11, n. 2 (2013). P.434-460.

ADRIÃO, Thereza. PERONI, Vera Lúcia Vidal. **Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrtton Senna para a oferta educacional**. Disponível em: WWW. Redefinanciamento.ufr.br. Acesso em novembro de 2017.

BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização em Portugal** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHARLOT, Bernard. **A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber** Revista Brasileira de Educação, s/l, v. 11, n. 31, p. 07-18, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a02v11n31.pdf> Acesso em 13/11/2017.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educação & Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em 12/10/2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanki. São Paulo: Boitempo. 2011.

HILL, D. **O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.2, pp.24-59, Jul/Dez 2003.

MARTINS, Ângela Maria, Et. al. **Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000/2008)**. Brasília: Liber Livro, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital Rumo a uma Teoria da Transição**. Tradução Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. – 1. ed. Revista – São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley, et al. **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos Sobre Educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação** Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisas-denominadas-do-tipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a30.pdf> Acesso em 12/10/2017.

SAVIANI, Demerval. Educação em Diálogo. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. - (Coleção Memória da educação)

SLONGO, I. I. P. **A produção acadêmica em Ensino de Biologia**. Florianópolis. Centro de Ciências da educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. 349f. (Tese de Doutorado). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88012/205538.pdf> Acesso em

SOUZA, Silvana Aparecida de. **As diretrizes do Instituto Ayrton Senna como política pública e a parceria com o município de São José dos Pinhais.** Disponível em: http://www2.unemat.br/revista/faed/content/vol/vol_18/artigo_18/163_182.pdf. Acesso em novembro de 2017.

[1] Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Email: gilson_karts@hotmail.com

[2] Universidade Estadual de Campinas.

[3] Faculdade de Educação da USP.

[4] Universidade Metodista de Piracicaba.

[5] Universidade Federal do Ceará.

[6] Universidade Estadual Paulista.

[7] Universidade Federal Fluminense.

[8] Universidade Federal da Bahia.

[9] Universidade Federal de São Carlos.

[10] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[11] Universidade Federal de Minas Gerais.

[12] Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[13] Universidade Federal de Goiás.

[14] Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

[15] Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

[16] Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[17] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

[18] Universidade Federal de Santa Catarina.

[19] Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

[20] Universidade de Brasília.

[21] Universidade Federal de Pernambuco.

[22] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.